

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A PERSPECTIVA DE LIMA BARRETO

Silvana Fernandes Lopes
Professora Assistente Doutor
UNESP – São José do Rio Preto

1. Introdução

Os teóricos e educadores profissionais brasileiros se constituíram como tal somente a partir das décadas de 20 e de 30. Até então, o pensamento educacional expressava-se por meio de reflexões sócio-políticas, realizadas por publicistas e literatos, veiculadas particularmente pela imprensa. O debate entre intelectuais, de diferentes filiações teóricas, num período fértil em reformas educacionais, foi intenso e o seu resultado aparece tanto na incipiente produção científica da época, quanto na imprensa e na literatura. Daí a importância desse tema porque procura ampliar a compreensão da crítica educacional do início do século, tomando como objeto de exame o pensamento de um autor que, mesmo de forma assistemática, analisou e criticou a realidade e a política educacional, oferecendo, assim, uma interessante reflexão sobre a educação escolar do período.

Para o materialismo histórico, a literatura é a expressão de uma visão de mundo e como tal é um fato social, e não individual. No entanto, alguns autores conseguem expressar melhor essa visão de mundo, tornando-se dela representante. Seria o caso de Lima Barreto? Esse autor concebia a literatura como uma possibilidade de expressão e de intervenção na realidade e, portanto, tinha a pretensão explícita de fazer uma leitura crítico-social¹, revelando as "angústias" de seu tempo.

A finalidade deste artigo é apresentar a realidade educacional brasileira do início do século XX desde a perspectiva de Lima Barreto. Para isso, serão apresentadas as críticas formuladas pelo autor sobre a organização da educação escolar (seção 2), sobre a qualidade do ensino (seção 3) e sobre professores e alunos (seção 4).

Como fontes de pesquisa, uso dois tipos de documentos: a produção jornalística (artigos e crônicas) e a produção ficcional (romances e contos) limiana. Na produção jornalística procuro apreender o ponto de vista explícito do autor, e na ficção, os

¹ Lima Barreto costuma ser enquadrado pelos estudiosos da literatura como representante do movimento pré-modernista, que reuniu um tipo de produção com pretensão crítico-social. Cf. BOSI, 1974.

diferentes pontos de vista expressos por meio de suas personagens. Nesse último caso, busco identificar os diferentes grupos sociais representados por essas personagens.

2. A organização da educação escolar

A República Velha foi um período marcado por uma rica legislação educacional², que não resultou, na prática, em uma democratização do ensino. Essas inúmeras reformas legislaram sobre o ensino superior em todo o país e regulamentaram o ensino primário e secundário no Distrito Federal. Apesar da tão reivindicada universalização da educação popular, a primeira Constituição da República, de 1891, evidenciava o descaso para com a educação primária, mantendo a descentralização desse grau de ensino, estabelecida desde 1834. Essa descentralização conservava a precariedade do ensino primário nas diversas regiões do país, uma vez que a maioria delas era incapaz de arcar com essas despesas.

O controle central sobre a organização do ensino secundário, também amplamente discutido nesse período, se fazia necessário, considerando que ele regulava o acesso ao nível superior. Num país agroexportador, como o Brasil à época, não havia a necessidade concreta de universalizar a alfabetização e tampouco de incrementar um desenvolvimento técnico e científico, mas havia a necessidade de formação dos quadros burocráticos, ampliados e diversificados, tanto no setor público quanto no privado, necessidade que se intensificou com o advento da República. Essa situação colaborou para o aumento da demanda pela educação secundária e superior. A escola primária, no entanto, manteve-se, durante as primeiras décadas da República, nos mesmos moldes da velha “escola de primeiras letras”. Só a partir da década de vinte é que algumas reformas estaduais foram implementadas e alteraram um pouco essa situação³.

No ensino secundário, a União tinha como responsabilidade manter o Colégio Pedro II, e os Estados, apenas um ginásio-modelo nas suas capitais. Esses ginásios se submetiam às diretrizes curriculares daquele. Boa parte das escolas, então, eram mantidas pela iniciativa privada, que se proliferou rapidamente durante o período.

Lima Barreto, em seus artigos, comenta essa situação.

Disse anteontem alguma coisa sôbre a instrução e não me julgo satisfeito. O governo do Brasil, tanto imperial como republicano, tem sido madrasta a êsse respeito. No que toca a instrução primária generalizada, coisa em que não

²Reforma Benjamin Constant (1890), Código Epiácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Corrêa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915) e Reforma Rocha Vaz (1925).

³Há uma farta bibliografia sobre o pensamento e as reformas educacionais dos anos 20 e 30. Podemos destacar, entre as publicações mais recentes, Monarcha, 1990; Carvalho, 1998.

tenho fé alguma, tôda a gente sabe o que tem sido. No tocante a instrução secundária, limitaram-se, os governos, a criar liceus nas capitais e aqui, no Rio, o Colégio Pedro II e o Militar. Todos êles são instituições fechadas, requisitando para a matrícula de alunos nos mesmos, exigências tais, que, se fôsse no tempo de Luís XV, Napoleão não se teria feito na Escola Real de Brienne. Ambos, e, sobretudo, o Colégio Militar, custam os olhos da cara e o dinheiro gasto com êles dava para mais três ou quatro colégios de instrução secundária neste distrito. (Continuo..., p.93) VU⁴ – 13/03/1915

A questão fundamental, nesse momento, era a do controle do acesso ao ensino superior; esse sim prioridade das classes dirigentes. Nesse sentido, do ponto de vista da organização do ensino, as medidas que determinavam a articulação entre o secundário e o superior eram decisivas na definição do caráter seletivo e preparatório do ensino secundário. Com exceção da Reforma Rivadávia Corrêa (1911), que propunha a autonomia entre os dois graus, fixando que o certificado de conclusão do ginásio serviria apenas como atestado de freqüência e aproveitamento de estudos no superior, as reformas Benjamin Constant (1890), Epitácio Pessoa (1901) e Carlos Maximiliano (1915) fizeram do secundário a passagem única para o superior. A Reforma Carlos Maximiliano reforçava essa dependência entre os graus, por meio do vestibular e da necessidade do certificado de conclusão do secundário, obtido por via de exames finais e preparatórios, para o ingresso no superior.

O caráter seletivo do ensino secundário se revelava não só na reduzida quantidade de escolas, como também no valor das taxas, selos e contribuições exigidas para a freqüência dos alunos, que acabavam por fazer dos próprios estabelecimentos públicos instituições privadas, impedindo, assim, o acesso da maior parte da população. E é também isso que Lima Barreto denuncia no artigo abaixo.

O procedimento do govêrno federal no que toca à instrução secundária do Distrito Federal, tem sido até hoje de um descaso sem limites. Contentou-se até hoje com a manutenção de um único externato, tendo matrículas só acessíveis aos filhos de poderosos e influentes. Os outros estabelecimentos que mantém, são ainda mais fechados e segregados à procura da grande massa de infantes. Além disto, não criou colégios secundários para mças; entretanto, apesar dêsse desprêzo, dêsse esquecimento criminoso, para atender solicitações políticas, aumenta todos os anos os colégios militares, anima a criação de escolas superiores e dá a entender que, quem não fôr militar ou tiver dinheiro, deve deixar os seus filhos na instrução primária que já dá capacidade para ser eleitor. (Pela “secção livre”, p.232-233) BA – 26/03/1919

⁴ Neste artigo, as obras de Lima Barreto estão assim referenciadas: BA (Bagatelas), CA (Clara dos Anjos), CRJ (Coisas do Reino do Jambom), FM (Feiras e Mafuás), MA (Marginália), NN (Numa e a Ninfa), BR (Os Bruzundangas), RE (Recordações do escrivão Isaías Caminha), TF (Triste fim de Policarpo Quaresma), VM (Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá) e VU (Vida Urbana). Nos artigos, crônicas e sátiras são também registrados o título e a data de publicação nos periódicos.

Além dessa precariedade do ensino estar diretamente ligada à falta de investimento do Estado, a própria questão da formação de professores, que poderia ser equacionada pelo secundário, não foi resolvida durante todo o período da Primeira República. Esse tema só passou a ser discutido mais seriamente a partir do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932 (Cf. Xavier, 1990). A ampliação do ensino primário, tão propalada e não concretizada, exigia evidentemente a formação de professores. Vale notar que a Reforma Benjamin Constant (1890) reforçava a exigência do diploma do Curso Normal para o magistério do ensino primário, mas até a década de 30 nada de concreto foi realizado para a ampliação dos cursos de formação de professores primários.

... penso nas mil e tantas meninas que todos os anos acodem ao concurso de admissão à Escola Normal. Tudo têm os sábios da Prefeitura imaginado no intuito de dificultar a entrada. Creio mesmo que já se exigiu Geometria Analítica e Cálculo Diferencial, para crianças de doze a quinze anos; mas nenhum dêles se lembrou da medida mais simples. Se as moças residentes no Município do Rio de Janeiro mostram de tal forma vontade de aprender, de completar o seu curso primário com um secundário e profissional, o govêrno só deve e tem a fazer uma cousa: aumentar o número das escolas de quantas houver necessidade. Dizem, porém, que a municipalidade não tem necessidade de tantas professôras, para admitir cêrca de mil candidatas a tais cargos, a despesa, etc. Não há razão para tal objecção, pois o dever de todo o govêrno é facilitar a instrução dos seus súditos. Tôdas as mil que se candidatassem, o prefeito não ficava na obrigação de fazê-las professôras ou adjuntas. Educá-las-ia só e estabelecesse um processo de escolha para sua nomeação, depois que completassem o curso. As que não fôssem escolhidas, poderiam procurar o professorado particular e, mesmo como mães, a sua instrução seria utilíssima. Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino secundário às moças. (Tenho esperança que..., p. 64-65)
BA – 03/05/1918

Em função de todos esses problemas que identifica na organização do ensino primário e secundário, Lima Barreto sugere a extinção do Colégio Pedro II e dos colégios militares como uma alternativa para a democratização do ensino.

Se há alguma coisa a fazer em instrução que não seja a de fabricar doutôres, é extinguir todos os colégios militares e o Pedro II, criando por todo o Rio de Janeiro liceus, ao jeito dos franceses, para môças e rapazes, de forma que os favores do Estado alcancem todos. Os colégios militares são sobretudo um atentado ao nosso regímen democrático; é preciso extingui-los e aproveitar os respectivos professôres e material, na instrução da maioria. Pelo menos, a República devia fazer isso. (Continuo..., p.93-94) VU – 13/03/1915

E vai além nessa crítica, sugerindo também a extinção dos colégios religiosos.

A confiscação dêsses bens [de certas ordens religiosas], obriga, para ser a medida completa, o govêrno a suprimir inteiramente todos os colégios de

religiosos de ambos os sexos, sobretudo os destinados a moças ricas, por intermédio dos quais, o clero acaba dominando os seus futuros maridos ou amantes; e, sabendo-se que êstes são, em geral, pessoas poderosas e em altos cargos, a gente de sotaina pretende, dêsse modo, influir nos atos dos poderes políticos do país... (No ajuste de contas..., p.94) BA – 11/05/1918

Como podemos observar, Lima Barreto critica com contundência a situação do ensino primário e secundário de sua época. No entanto, apesar das mazelas que denuncia, não deixa de reconhecer alguma utilidade concreta nesses níveis de ensino.

Do ensino primário, nós podemos aquilatar o que êle vale com muita simplicidade e rapidez. É ver uma criança entrar para o “tico-tico” e, daí a uns três ou quatro anos, encontrá-la a ler o jornal e a fazer a conta de dividir. Tiramos logo a conclusão. O ensino secundário tem provas de que vale ainda alguma coisa, nas tramóias e falsificações, sabidas ou não, de que muitos candidatos a doutor lançam mão para obter-lhes os certificados indispensáveis⁵. (As reformas e os “doutores”, p.237) FM – 16/01/1921

Em contrapartida, em relação ao superior, que é o nível de ensino do qual mais se ocupou, faz um julgamento extremamente desfavorável.

De todos os graus do nosso ensino, o pior é o superior; e tôda a reforma radical que se quisesse fazer nêle, devia começar por suprimi-lo completamente. O ensino primário tem inúmeros defeitos, o secundário maiores, mas o superior, sendo o menos útil e o mais aparatoso, tem o defeito essencial de criar ignorantes com privilégios marcados em lei, o que não acontece com os dois outros. (A universidade, p.118-119) FM – 13/03/1920

Para a avaliação deste comentário, temos que ter em conta que durante a Primeira República houve uma acentuada ampliação do ensino superior. Essa ampliação/facilitação chegou a ameaçar a sua principal função, que era a de fornecedor de diplomas que garantiam a ocupação de cargos de maior remuneração, poder e prestígio (Cf. Cunha, 1986, p.147).

Como forma de conter a desvalorização do título do ensino superior, conseqüência das muitas reformas educacionais ocorridas no período, que chegaram a desoficializá-lo para expandir a oferta onde havia demanda, outras fizeram-se necessárias para acentuar o seu caráter seletivo. Esse movimento de expansão/contenção do ensino superior ficou conhecido como “expansão controlada”⁶.

⁵Voltaremos à questão das fraudes nos preparatórios e nos exames do ensino superior mais adiante.

⁶A Reforma Benjamin Constant (1890) concedeu equiparação das escolas estaduais às federais, promovendo a modernização do ensino em moldes europeus. O Código Eptácio Pessoa (1901) complementou o processo de desoficialização do ensino promovendo a equiparação entre as escolas privadas e oficiais, sob inspeção nos currículos. A Reforma Rivadávia Corrêa (1911) desoficializou completamente o ensino, concedendo plena autonomia didática e administrativa, acabando com o monopólio estatal na concessão de diplomas e títulos e retornando ao sistema de admissão nas próprias

Mesmo com esse controle, só no período de 1891 a 1910 já haviam sido criadas 27 escolas superiores: 9 dentre medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia, 8 de direito, 4 de engenharia, 3 de economia e 3 de agronomia (Cf. Cunha, 2000, p.158).

Lima Barreto, em sua produção jornalística, denunciava essa expansão.

O nosso ensino superior, que é o mais desmoralizado dos nossos ramos de ensino; que se impregnou, com o tempo, de um espírito de serviçal da burguesia rica ou dos potentados políticos e administrativos, fazendo sábios e, agora, privilegiados, seus filhos e parentes – o nosso ensino superior, com as suas escolas e faculdades, não é mais destinado a formar técnicos de certas e determinadas profissões de que a sociedade tem “precisão”. Os seus estabelecimentos são verdadeiras oficinas de enobrecimento, para dar títulos, pergaminhos, – como o povo chama os seus diplomas, o que lhes vai a calhar – aos bem nascidos ou pela fortuna ou pela posição dos pais. Armados com as tais cartas, os jovens doutôres podem se encher de várias prosápias e afastar concorrentes mais capazes. Não tem outro fim atualmente o nosso ensino superior; e, quanto mais as leis e regulamentos favorecem os “formados” para o exercício de cargos que muito remotamente ou nenhuma relação têm com as habilidades que o diploma lhes confere, tanto mais êle há de cair, não só pelo exagerado número de alunos que se encaminharão para os atuais, determinando um inevitável atropêlo nos cursos e nos exames, como também pela criação de novos, que serão por vários motivos insuficientes no que toca a laboratórios, gabinetes, etc., fornecendo um ensino defeituoso; e ainda mais, porque os pais, tios, tutôres, vendo o futuro dos filhos, sobrinhos e pupilos, só garantido com o “canudo de lata”, hão de empregar todos os recursos, processos e manhas, para obter a aprovação dos seus candidatos e vê-los afinal munidos com o diploma – “abre-te, Sésamo!” Quem viveu entre estudantes, sabe bem o que vale em geral o nosso ensino chamado superior. (As reformas e os “doutôres”, p.236-237) FM – 16/01/1921

De fato, o incremento da burocracia estatal e privada e a diversificação econômica, geradas pelas iniciativas de industrialização e pela aceleração da urbanização, exigiam um certo número de pessoas habilitadas pelo ensino superior, e tanto as camadas médias como as altas, por motivos distintos, pressionavam a ampliação de vagas: a elite oligárquica para se manter no poder e as camadas médias para obter ascensão social.

Se até a década de 1880 o ensino superior contava com uma média de 2.300 estudantes, distribuídos por escolas especializadas em campos reduzidos do saber, tais como medicina, engenharia, direito e agronomia, localizadas em apenas sete cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas e Pelotas), no final da Primeira República já havia por volta de 20 mil estudantes. O

faculdades. A Reforma Carlos Maximiliano (1915) recuperou a oficialização do ensino, colocando limites estreitos à equiparação, concedendo-a por meio de rigorosa inspeção, e resolveu o problema da expansão controlada com a criação do vestibular e a obrigatoriedade do diploma do secundário para a matrícula no superior. A última reforma desse período, Rocha Vaz (1925), liquidou definitivamente a autonomia didática e administrativa, fixou o currículo no superior e aperfeiçoou o vestibular.

número de escolas superiores se ampliou e houve uma considerável diversificação de cursos e de cidades atendidas (Cf. Cunha, 1986, p.147-148).

Lima Barreto reconhecia essa expansão acelerada do ensino superior.

Ainda ligada ao ensino superior, uma outra questão que chama a atenção na produção jornalística de Lima Barreto é a crítica à criação de universidades. Essa crítica relaciona-se à falta de especialização e ao desperdício de dinheiro no ensino superior, que tem na idéia de universidade como um centro de difusão da “cultura desinteressada” seu exemplo mais acabado. Seu principal argumento, compartilhado pelos positivistas (Costa, 1956), era o de que propagaria a cultura universalista, erudita, verbalista e humanista, importando pouco o desenvolvimento científico e a difusão de técnicas, que, segundo ele, seriam indispensáveis para a preparação de mão-de-obra especializada.

O Senhor Alfredo Pinto⁷, que, além de cuidar de Justiça, trata de tapêtes, demonstrou ao chefe do Estado, a necessidade de se criar nesta cidade uma universidade. Que fêz o presidente? Catou aqui e ali algumas escolas e faculdades; esqueceu a do Senhor Afrânio; e – bumba! – decretou a existência de uma universidade nesta muito leal e heróica cidade. A nova universidade tem, entretanto, uma coisa original. As outras têm uma faculdade de direito; a nossa tem duas. Entretanto, não possui uma de teologia. As duas faculdades de direito, tácitamente oficializadas⁸, amanhã, com tal duplicata, vão causar atrapalhões ao congresso para aquinhoar os respectivos lentes com os direitos e vantagens dos verdadeiros oficiais. Tal cousa é muito de lamentar, pois, ao que se diz a criação de tal universidade não visa senão isso. As universidades clássicas não ensinam cousas de engenharia. Têm, é verdade, uma faculdade de ciências físicas e matemáticas; mas no que se refere à engenharia pròpriamente, o ensino é feito fora delas. Na nossa, podemos aprender até montar campainhas elétricas. Nem as famosas dos Estados Unidos! Essa universidade está parecendo com os prédios da avenida; é só fachada, e mais nada! Verdadeiramente o bom senso não é a nossa principal qualidade de povo! Enfim, era preciso que tivéssemos uma originalidade qualquer, e essa parece ser a mais frisante. (A Universidade, p.137-138) CRJ – 25/09/1920

Para compreender em que contexto educacional Lima Barreto fazia sua avaliação é importante recordar a criação da Universidade do Rio de Janeiro, realizada por meio do Decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920, baseado, por sua vez, no Decreto de 1915, que procurou reorganizar o ensino secundário e superior em todo o país. Apesar de muito discutida desde a Assembléia Constituinte de 1823, a Universidade só apareceu legalmente no Decreto de 1915, e tendo como principal característica constituir-se por uma reunião de faculdades já existentes.

⁷ Alfredo Pinto era Ministro do Interior no Governo do Presidente Epitácio Pessoa.

⁸ Sobre a fusão das duas Faculdades Livres de Direito do Rio de Janeiro, conferir NAGLE, 1974 e VENÂNCIO FILHO, 1982.

Em 1915 se formalizava, pela primeira vez, a possibilidade de criação de universidades. O Art. 6. do Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, afirmava que o Governo Federal, quando achasse oportuno, reuniria em Universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, e que dispensaria a taxa de fiscalização e forneceria gratuitamente um prédio para o seu funcionamento (Cf. Nagle, 1974, p.128).

A principal iniciativa do Governo Federal, na década de vinte, no que se refere à educação superior, foi a instituição da Universidade do Rio de Janeiro. Embora a discussão sobre o tema universidade viesse se ampliando desde o final do período imperial, influenciada pela difusão do ideário liberal, ela não se traduziu em realizações concretas, uma vez que a criação da universidade se reduziu a um agrupamento ou justaposição de faculdades já existentes, não havendo integração nem quanto ao espaço físico.

O debate entre o modelo profissional e o científico reaparecerá com maior ênfase no cenário nacional, assunto não ignorado nas obras de Lima Barreto.

O autor acentua o caráter “atrasado” e, portanto, inadequado “ao espírito do nosso tempo”, da instituição universitária. Essa crítica é estendida a todo o curso superior, visto como inútil para o desenvolvimento científico. Na crônica *Sabedoria esverdinhada*, por exemplo, a idéia de que os conteúdos veiculados pela escola são estéreis é atribuída a um literato e bacharel, e aparece em uma discussão acalorada com um positivista, que o narrador nomeia de “esverdinhado”⁹.

– Sou bacharel em ciências físicas e matemáticas, engenheiro militar, civil, de minas, industrial, agrônomo, etc, pela Escola Militar do Brasil, o primeiro estabelecimento científico do mundo.

– Assombra-me que a antiga Escola Militar, tendo sido isto, não tivesse ela, por intermédio dos seus alunos e lentes, no século que passou, de grandes invenções e descobertas, de teorias e hipóteses as mais ousadas nas ciências físico-matemáticas e em outras, contribuído em nada para isso. Admiro-me! (Sabedoria esverdinhada, p.145) CRJ – 11/12/1920

⁹ Numa clara ridicularização dos conhecimentos do “esverdinhado”, vejamos como o próprio narrador o define: “... um cidadão jactancioso que, ao ouvi-lo falar sentenciosamente sobre tudo, teríamos de julgá-lo uma espécie de Aristóteles, ou Diderot, ou Humboldt... Parecia, não só que ele sabia tudo o que é sabedoria deste mundo e dos outros, como não tinha deixado um bocadinho dela para os outros saberem alguma coisa. Era um desses falsos sábios positivistas, insolentes e agressivos, cuja sabedoria máxima consiste em descompor e repetir uns chavões comtistas, cobrindo de um calculado desdém o adversário”. (Sabedoria esverdinhada, p.144) CRJ.

A falta de especialidade técnica aparece também na fala do doutor Matamorros¹⁰.

Apesar de engenheiro, eu não tinha atividade ou especialidade técnica ou profissional qualquer; era “doutor”. Porém, como me havia casado bem e os meus parentes fôssem influentes, na política, eu pleiteara e arranjara ser diretor geral das Águas Mediciniais do Brasil, de que nada entendia. (O poderoso doutor Matamorros, p.161) CRJ – 05/02/1921

É preciso considerar que, durante a Primeira República, as escolas de ensino superior especializado compreendiam o técnico-profissional (agronomia, veterinária e comercial), o artístico-liberal (arte dramática, belas-artes e música), o eclesiástico, o militar e o de higiene e saúde pública (Cf. Nagle, 1990, p.281). Essas escolas eram de natureza estritamente profissional, como as de Direito, de Medicina e de Minas, a Escola Politécnica e a de Farmácia e Odontologia, não existindo ainda as de especialização intelectual, de caráter filosófico, científico ou literário (Cf. Nagle, 1990, p.278). Porém, se tomarmos para exame os currículos dessas instituições superiores profissionais, verificaremos que, mesmo contando com disciplinas tidas como científicas, estas acabavam por dar um caráter enciclopédico à formação.

3. A qualidade do ensino

Ligada à falta de especialização no ensino e a sua desarticulação com a realidade está a crítica à “má qualidade” desse ensino. Não é só a ausência de uma organização de disciplinas que de fato preparassem para o exercício profissional e para o desenvolvimento científico que Lima Barreto discute; o autor também enfatiza a superficialidade teórica e prática do conteúdo escolar. Esse tema pode ser apreendido tanto na sua produção jornalística quanto na ficcional.

Miguel Calmon é medalhado em máquinas pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas nunca projetou um mancal. Miguel Turenne é medalhado em hidráulica pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas nunca montou um encanamento de chumbo em casa burguesa. Calmon de Soissons é engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas nunca dirigiu uma linha de bondes em Maceió. Calmon de Sedan é lente, na escola de Engenharia da Bahia, de Cálculo e Geometria Analítica, mas nunca escreveu nada, nem sobre as diferenciais de primeira ordem, nem sobre os sistemas de

¹⁰ Matamorros, rico e poderoso, é diretor geral das Águas Mediciniais. Justifica assim o fato de ocupar um cargo para o qual não tinha conhecimento, apesar de estar habilitado para tal: “O meu serviço era mandar compilar relatórios sobre Carlsbad, Tiflis, Ems e outras estações afamadas de águas medicinais de todo o mundo; e, postos no vernáculo, assiná-los e mandá-los ao ministro”. (O poderoso doutor Matamorros, p.162) CRJ

coordenadas. (O ideal do Bel-Ami, p.180) FM – 25/11/1916

Lima Barreto, apontando os problemas na qualidade do conteúdo das escolas superiores, expõe a má qualidade do doutor por elas produzido.

Essa birra do “doutor” não é só minha, mas poucos têm a coragem de manifestá-la. Ninguém se anima a dizer que eles não têm direito a tais prerrogativas e isenções, porque a maioria deles é de ignorantes. E que só os sábios, os estudiosos, doutôres ou não, é que merecem as atenções que vão em geral para os cretinos cheios de anéis e empáfia. Tôdas as variedades do “doutor” acreditam que os seus privilégios, honras, garantias e isenções, como se diz nas patentes militares, se originam do saber, da ciência de que são portadores; entretanto, entre cem, só dez ou vinte sabem razoavelmente alguma cousa. São quase sempre, além de medíocres intelectualmente, ignorantes como um bororó de tudo o que fingiram estudar. Aquilo que os antigos chamavam humanidades, em geral, eles ignoram completamente. Não são falhas, que todos têm na sua instrução; são abismos hiantes que a deles apresenta. (A superstição do doutor, p.40) BA – maio/1918

A ignorância do doutor aparece também no conto *Como o "homem" chegou*. O narrador descreve os episódios de uma viagem entre Manaus e um vilarejo próximo ao Rio de Janeiro, para a internação de um homem considerado louco. O diálogo abaixo se dá entre Hane, um guarda-civil do vilarejo, e Barrado, um "célebre" doutor.

Hane desesperava, mas o companheiro, lembrando-se dos seus conhecimentos de Astronomia, indicou um alvitre:

– O carro pode ir boiando.

– Como, doutor? É de ferro... muito pesado, doutor!

– Qual o que! O “Minas”, o “Aragón”, o “São Paulo” não bóiam? Êle vai, sim!

– E os burros?

– Irão a nadar, rebocando o carro.

Curvou-se o guarda diante do saber do doutor e deixou-se a missão confiada, conforme as ordens terminantes que recebera.

A calistênica entrou pela água adentro, consoante as ordens promanadas do saber de Barrado, e, logo que achou água suficiente, foi ao fundo com grande desprezo pela hidrostática do doutor. (Como o “homem” chegou, p.282) CA – 18/10/1914

A falta de conhecimentos do doutor Barrado é notória.

... Procurou quem o guiasse até o Rio, embora lhe parecesse curta e fácil a viagem. Examinou bem o mapa e, vendo que a distância era de palmo e meio, considerou que dentro dela não lhe cabia o carro. Por êste e aquêle, soube que os fabricantes de mapas não têm critério seguro: era fazer uns muito grandes, ou muito pequenos, conforme são para enfeitar livros ou adornar paredes. Sendo assim, a tal distância de doze polegadas bem podia esconder viagem de um dia e mais. (Como o “homem” chegou, p.286-287) CA – 18/10/1914

A denúncia da má formação dos bacharéis e doutores também pode ser encontrada no romance *Recordações do escrivão Isaiás Caminha* e, nele, essa opinião é do protagonista-narrador, Isaiás Caminha¹¹.

... Cercam-me dois ou três bacharéis idiotas e um médico mezinheiro, repletos de orgulho de suas cartas que sabe deus como tiraram. Claudicam na ortografia.... (RE, p.121)

É importante destacar que o autor atribui a má qualidade do conteúdo escolar, em última análise, à “abusão ou superstição doutoral”, que estaria impregnada na “mentalidade” brasileira. Lima Barreto identifica uma espécie de “estagnação intelectual”, que explicaria a nossa baixa produção científica. Essa estagnação seria, antes de mais nada, consequência da fragilidade dos conhecimentos veiculados pela escola.

Essa abusão doutoral, além de impedir a inovação, pondo tôdas as inteligências num mesmo molde, instilando nelas preconceitos intelectuais obsoletos; além de tudo isso, com o nosso ensino superior feito em pontos manuscritos ou impressos, em cadernos e outros bagaços, muito espremidos, das disciplinas do curso, sem professôres atentos ao progresso do saber professado por êles e, por êles encerrado no dia em que recebem o decreto de nomeação – causa tôda a nossa estagnação intelectual, desalenta os mais animosos, não dá vontade às inteligências livres para o esforço mental e vamos assim ficando como os chineses, parados intelectualmente, mas sempre cheios de admiração pelos grotescos exames de Cantão. (A superstição do doutor, p.49) BA – maio/1918

Apesar de mais freqüente no âmbito do ensino superior, podemos encontrar muitas referências à má qualidade do conteúdo escolar em outros níveis e modalidades do ensino. Em relação à Escola Normal, podemos exemplificar com o trecho abaixo:

Assim, porém, não procedeu o Senhor Mendes Fradique que acaba de publicar uma sutil e profunda – História do Brasil, pelo método confuso. Não sabemos quem seja; mas, suspeitamos que seja pseudônimo do Senhor Tomás Delfino, pois Sua Excelência quando político, apreciava muito êsse método, e hoje é professor de história, na Escola Normal. Duas circunstâncias que perfeitamente se combinam para justificar a suspeita. (Método confuso, p.101) FM – 08/10/1921

Já o narrador do romance *Clara dos Anjos* estende a crítica à formação do Instituto Nacional de Música.

... Catarina e Irene sonhavam casar com doutôres, bem empregados ou ricos,

¹¹ Isaiás Caminha é escrivão da Coletoria Federal de Caxambi. Como narrador, assim analisa sua vida: “Mentalmente comparei os meus extraordinários inícios nos mistérios das letras e das ciências e os prognósticos dos meus professôres de então, com êste meu triste e bastardo fim de escrivão de coletoria de uma localidade esquecida”. (RE, p.41)

porque elas se julgavam prestes a se “formar”, a primeira em música e piano, pelo trampolheiro Instituto Nacional de Música; e a segunda, pela indigesta Escola Normal desta Capital. (CA, p.48)

O narrador do conto *Três gênios de Secretaria*, Gonzaga de Sá¹², avalia negativamente a qualidade do conteúdo veiculado nos Seminários.

Na Secretaria dos Cultos, o seu típico e célebre “auxiliar de gabinete”, arranjou o sogro dos seus sonhos, num antigo professor do seminário, pessoa muito relacionada com padres, frades, sacristães, irmãs de caridade, doutores em cânones, definidores, fabriqueiros, fornecedores e mais pessoal eclesiástico.

O sogro ideal, o antigo professor, ensinava no seminário uma física muito própria aos fins do estabelecimento, mas que havia de horripilar o mais medíocre aluno de qualquer estabelecimento leigo. (*Três gênios de Secretaria*, p.175) VM – 10/04/1919

Essa crítica ao ensino em colégios religiosos aparece também no conto *O jornalista*. Segundo o narrador, Salomão Nabor de Azevedo era a pessoa mais importante da cidade de Sant’Ana porque era, além de secretário da Câmara e descendente de ricos fazendeiros, o jornalista popular da cidade.

... êste Nabor recebera luzes num colégio de padres de Vassouras ou Valença, quando os pais eram ricos. O seu saber não era lá grande; não passava de gramaticazinha portuguesa, das quatro operações e umas citações históricas que aprendera com Fagundes Varela, quando êste foi hóspede de seus pais... (O jornalista, p.232-233) VM – julho/1921

Especificamente em relação à educação feminina oferecida nos colégios religiosos, apresentamos a passagem abaixo.

Quanto às môças, então, com essas é atroz [o governo]! Pobres ou ricas, não têm outro remédio senão recorrer às barafundas pedagógicas das irmãs de caridade e jamais vir a entender a imagem do mundo que os homens atuais, por intermédio das ciências, fazem. É uma ignorância decretada e que bem podia, com mais tempo e vagar, se atribuir como fonte de muitos dos nossos atrasos e muitas das desgraças domésticas que os jornais trazem... (Pela “secção livre”, p.233) BA – 26/03/1919

Nessa mesma direção, outros exemplos aparecem nos romances do autor. Em *Numa e a Ninfa*, o narrador explica os “ares de nobreza” de Edgarda, esposa de Numa, pela educação recebida em escolas religiosas.

¹² “Manuel Joaquim Gonzaga de Sá era bacharel em letras pelo antigo Imperial Colégio Dom Pedro II. Possuía boas luzes e teve sólidos princípios de educação e instrução. Conhecia psicologia clássica e a metafísica de todos os tempos. Comparava opiniões do Visconde de Araguaia com as do Senhor Teixeira Mendes”. (VM, p.47). Gonzaga de Sá, protagonista do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* e narrador do conto *Três gênios de Secretaria*, é oficial da Secretaria dos Cultos e uma das personagens mais “ilustradas” dos romances limianos.

Essa concepção de nobreza lhe viera da educação das irmãs de caridade e a defeituosa instrução que recebera e não pudera ajudar à sua real inteligência a corrigi-la. Não metera em linha de conta que nobreza supõe domínio efetivo e perpetuidade na família dêsse domínio, garantida por privilégios, soberania, tradições de raça e sangue; e a ilusão que as irmãs lhe instilaram no espírito aos dezesseis anos, ficou-lhe sempre no subconsciente. (NN, p.35)

É também esse o caso de Dona Inês, personagem de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

... Dona Inês, a mulher do doutor Ricardo, entretanto, deu-me bom-dia e fêz um “como vais Isaías”, bondoso e superior. Tinha-se na conta de ilustrada e nobre. Era o oráculo literário e intelectual do marido. Julgava-se ilustrada porque aprendera a recitar umas cousas das Irmãs de Botafogo e pintar flôres; nobre, porque tinha um irmão deputado e o seu pai chicanara no interior do Brasil. (RE, p.230-231)

A concepção de inadequação do ensino à realidade levava o autor a questionar o currículo e a seriação do curso superior, em defesa de uma escolha espontânea do estudante a partir das imposições das ocupações profissionais.

A instrução superior não devia ter seriação¹³ alguma. O govêrno subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios, etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico. O estudante faria mesmo a escolha das matérias que precisasse, para exercer tal ou qual profissão. Hoje, as profissões liberais se entrelaçam de tal modo e se dividem de tal forma, que, prender uma cabeça em um curso, é obrigá-la a estudar o que não precisa estudar e não aprender o que precisa aprender. No mais, a mais livre concorrência.. (A instrução pública, p.92) VU – 11/03/1915

Outros que só se destinam a ter título de engenheiro que efetivamente quer ser engenheiro e assim por diante, de forma que o sujeito se dedicasse de fato aos estudos respectivos, não se consegue com um simples rótulo de universidade ou outro qualquer. Os estudos pròpriamente de medicina, de engenharia, de advocacia, etc., deviam ficar separados completamente das doutrinas gerais, ciências constituídas ou não, indispensáveis para a educação espiritual de quem quer ter uma opinião e exprimi-la sôbre o mundo e sôbre o homem. A êsse ensino, o Estado devia subvencionar direta ou indiretamente; mas o outro, o técnico, o de profissão especial, cada um fizesse por si, exigindo o Estado para os seus funcionários técnicos que êles tivessem um estágio de aprendizagem nas suas oficinas, estradas, hospitais, etc... Sem privilégio de espécie alguma, tendo cada um de mostrar as suas aptidões e preparo na livre concorrência com os rivais, o nível do saber e da eficiência dos nossos técnicos (palavra da moda) havia de subir muito. (A universidade, p.119) FM – 13/03/1920

Feito isso [o livre exercício de qualquer profissão], declararia também extintas as atuais faculdades e escolas que êle [Estado] mantém. Substituiria o atual ensino seriado, reminiscência da Idade Média, onde, no *trivium*, se

¹³ O autor parece utilizar o termo seriação na acepção mais ampla de "currículo".

misturava a gramática com a dialética e, no *quadrivium*, a astronomia e a geometria com a música, pelo ensino isolado de matérias, professadas pelos atuais lentes, com os seus preparadores e laboratórios. Quem quisesse estudar medicina, freqüentaria as cadeiras necessárias à especialidade a que julgasse inúteis. Aquêles que tivesse vocação para engenheiro de estrada de ferro, não precisava estar perdendo tempo estudando hidráulica. Freqüentaria tão-somente as cadeiras de que precisasse, tanto mais que há engenheiros que precisam saber disciplinas que até bem pouco só se exigiam dos médicos, tais como os sanitários; médicos – os higienistas – que têm de atender a dados de construção, etc.; e advogados a estudos de medicina legal. Cada qual organizaria o programa do seu curso, de acôrdo com a especialidade da profissão liberal que quisesse exercer, com tôda a honestidade e sem as escoras de privilégio ou diploma todo poderoso. Semelhante forma de ensino, evitando o diploma e os seus privilégios, extinguiria a nobreza doutoral; e daria aos jovens da Bruzundanga mais honestidade no estudo, mais segurança nas profissões que fôsem exercer, com a fôrça que vem da concorrência entre homens de valor e inteligência nas carreiras que seguem. (O ensino na Bruzundanga, p.75) BR

Em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, o narrador, justificando a opção do protagonista por não se formar¹⁴, faz uma crítica à organização das disciplinas no currículo e ao métodos de ensino das escolas superiores.

Deixando de seguir um curso profissional qualquer, foi como se fugisse aos programas, para ler com mais ordem e método os autores, ao jeito de quem vai escrever uma memória ou um Félix Alcan, de sete francos e cinqüenta. Fêz o seu curso à antiga, em matérias isoladas, abandonando o seriado das universidades medievais, tradição que, dominando nas nossas faculdades, faz estabelecer os mais absurdos encadeamentos de matérias e disciplinas nos seus anos ou séries. (VM, p.51)

Quando o assunto é a profissionalização feminina, Lima Barreto faz sempre referência às Escolas Normais. Contraditoriamente, apesar da defesa da ampliação de vagas nessas escolas, já constatada anteriormente, é recorrente, em sua produção jornalística, a denúncia da inutilidade dos seus programas.

Tenho uma vizinha que é môça da Escola Normal. Pensei cá comigo: – essas cousas meticulosas, êsses trabalhos chineses de gramática, etc., cabem bem às mulheres ou aos frades. São trabalhos de paciência e de memória que fazem dos imaginários e dos malucos torturados em achar a substância das cousas, a verdade da existência.

Vou dar essas preciosidades àquela minha vizinha que sabe de cor os nomes dos presidentes da República, de 1889 para cá, seus feitos memoráveis e datas da coroação e sagração de cada um e da sua abdicação do poder nas mãos de seus herdeiros. (Duas relíquias, p.212) BA – 28/02/1920

¹⁴ “Filho de um general titular do Império, podia ser “muita coisa”; não quis. Era preciso ser doutor, formar-se, exames, pistolões, hipocrisias, solenidades... Um aborrecimento, enfim... Não quis; fêz-se praticante e foi indo”. (VM, p.47)

Cabe aqui salientar que, durante os três primeiros decênios do regime republicano, a Escola Normal teve como principal característica ser uma instituição voltada para a formação geral, em detrimento da formação profissional. Por outro lado, seu currículo também não permitia que essa escola competisse com a secundária. Dessa maneira, acabou caracterizando-se como uma escola profissional de segunda categoria (Cf. Nagle, 1990, p.269).

Em síntese, Lima Barreto ou as personagens de sua produção ficcional apresentam uma crítica clara à inadequação do ensino à realidade brasileira, pela falta de um programa que propiciasse uma efetiva formação técnica, ou pela importação de modelos que não respondiam às necessidades nacionais. De qualquer forma, aparece, em toda a sua produção, a idéia de uma desvinculação entre conteúdo escolar e realidade.

4. Professores e alunos

Associados às deficiências do currículo propriamente dito, explicam-se, para o autor, os papéis desempenhados por alunos e professores na execução dos programas escolares.

A má qualidade do conteúdo escolar seria fruto, também, de um péssimo quadro docente. Professores acomodados, que não se atualizam no assunto que precisam ensinar, ou que estão mais preocupados com a ascensão social e por isso participam de fraudes nos exames escolares etc., são também responsáveis pela péssima situação do ensino retratada em sua produção.

Em grego, as obras consultadas foram unicamente duas, tal e qual como no guarani; e certamente, êsses dois leitores não foram os nossos professôres de grego, porque, desde muito, êles não lêem mais grego... (A Biblioteca, p.38)
MA – 13/01/1915

Um môço que, aos trinta anos, se faz substituto de uma nossa faculdade ou escola superior, não quer ficar adstrito às funções de seu ensino. Pára no que aprendeu, não segue o desenvolvimento da matéria que professa. Trata de arranjar outros empregos, quando fica nisso, ou, senão – o que é pior – mete-se no mundo estridente das especulações monetárias e industriais da finança internacional. Ninguém quer ser professor como são os da Europa, de vida modesta, escarafunchando os seus estudos, seguindo o dos outros e com eles se comunicando ou discutindo. Não; o professor brasileiro quer ser homem de luxo e representação, para isso, isto é, para ter os meios de custear isso, deixa às urtigas os seus estudos especiais e empresta o seu prestígio aos *brasseur d'affaires* bem ou mal intencionados. Para que exemplificar? Tudo isso é muito sabido e basta que se fale em geral, para que a indicação de um mal

geral não venha a aparecer como despeito e ataque pessoal. (A universidade, p.120-121) FM – 13/03/1920

... Os lentes das nossas escolas, com raras exceções, não se contentam com os seus vencimentos oficiais. Todos êles são mundanos, querem fazer parada de luxo, teatros, bailes, com as suas mulheres e filhas. A situação oficial que têm, dá-lhes prestígio, fazem-nos boas “figuras de proa” e seus nomes são procurados para apadrinhar as companhias, as emprêsas, mais ou menos honestas, que os especuladores de todos os matizes e nacionalidade organizam por aí. Não é possível que um lente de química orgânica, por exemplo, que, devido às relações que tem com o capitalista Joab Manassés, foi feito, com grandes honorários, presidente da companhia de docas de um pôrto de Mar de Espanha, consiga do seu coração a violência de reprovar-lhe o filho. O Efraim, o filho de Joab Manassés, vai assim correndo os anos; e, se encontra um lente honesto, procura uma escola outra para fazer o exame que não lhe querem dar. O que se diz do filho de Joab, pode-se dizer de milhares de outros em tôda a espécie de faculdades... (A superstição do doutor, p.41) BA – maio/1918

É por meio do doutor Barrado (já mencionado anteriormente) que o narrador faz a crítica aos professores.

- Vê, Tucolas¹⁵, como anda o nosso ensino? Os professôres não sabem os elementos de gramática, e falam como negros de senzala.
- Senhor Barrado, julgo que o senhor deve a êsse respeito chamar a atenção do ministro competente, pois me parece que o país, atualmente, possui um dos mais autorizados na matéria. (Como o “homem” chegou, p.290) CA – 18/10/1914

Para o autor, a prática dos professores agravava a inadequação da educação escolar. Essa idéia aparece mais claramente no conto *O filho da Gabriela*, na passagem em que o narrador descreve as dificuldades de Horácio¹⁶ em aprender os conteúdos escolares. Há uma crítica à forma de transmissão dos conhecimentos, a qual não propiciava condições para que os alunos estabelecessem as relações entre conteúdo e realidade.

Eram-lhe as horas de aula um bem triste momento. Não que fôsse vadio, estudava o seu bocado, mas o espetáculo do saber, por um lado grandioso e apoteótico, pela bôca dos professôres, chegava-lhe tisonado e um quê desarticulado. Não conseguia ligar bem umas coisas às outras, além do que tudo aquilo lhe aparecia solene, carrancudo e feroz. Um teorema tinha o ar autoritário de um régulo selvagem; e aquela gramática cheia de regrinhas, de exceções, uma coisa cabalística, caprichosa e sem aplicação útil. O mundo parecia-lhe uma coisa dura, cheia de arestas cortantes, governado por uma porção de regrinhas de três linhas, cujo segrêdo e aplicação estavam entregues a uma casta de senhores, tratáveis uns, secos outros, mas todos velhos e indiferentes. Aos seus exames ninguém assistia, nem por êles

¹⁵ Tucolas é um antropologista “que fazia sábias mensurações nos crânios das formigas”. (Como o “homem” chegou, p.281) CA

¹⁶ Horácio é filho de Gabriela, empregada na casa do Conselheiro Calaça.

alguém se interessava; contudo, foi sempre regularmente aprovado. (O filho da Gabriela, p.216) CA – 1906

Ainda em relação aos professores, o narrador do mesmo conto menciona a “desatualização” dos materiais escolares utilizados pelo Conselheiro¹⁷.

... No mais, lia os jornais, o câmbio especialmente, e, de manhã passava os olhos nas apostilas de sua cadeira – apostilas por êle organizadas, há quase trinta anos, quando dera as suas primeiras lições, moço, de 25 anos, genial nas aprovações e nos prêmios. (O filho da Gabriela, p.215) CA – 1906

Quanto aos alunos, no trecho abaixo, o narrador do romance *Numa e a Ninfa* explicita a concepção vigente de conhecimento, por meio da forma como o aluno Numa¹⁸ encarava as disciplinas escolares e o conteúdo por elas veiculado.

Não que houvesse nêle um alto amor ao saber, uma alta estima às matérias que estudava e das quais fazia exame. Odiava-as até. Tôdas aquelas complicações de direitos e outras disciplinas pareciam-lhe vazias de sentido, sem substância, puras aparências e mesmo sem grande utilidade e significação, a não ser a de constituírem barreiras e obstáculos, destinados à seleção dos homens. O jovem Numa não separava o conceito das disciplinas do da formatura; Economia Política, Direito Romano, Finanças e Medicina Legal não respondiam a certas necessidades da comunhão humana; e, se tais matérias foram criadas, descobertas ou inventadas, o foram tão-sòmente para fabricar bacharéis em Direito. Com as outras carreiras, acontecia o mesmo. Tal idéia pautava e regia o seu curso. (NN, p.31)

Também no romance *Numa e a Ninfa*, o narrador revela como era fácil ser aprovado nos cursos apenas decorando apostilas.

...Instantes depois de acabado o exame Pompílio esquecia a disciplina. Demais, pode dizer-se que nunca vira um livro. Todo o seu curso fôra feito estudando nas apostilas, cadernos e pontos, organizados por outrem. Decorava aquêles períodos mastigados, triturados e os repetia palavra por palavra ao lente. Prevenia-se para a prova, imaginando as perguntas do professor, e organizava as respostas, citando autoridades de vários países. Foi sempre dos primeiros estudantes e, se não foi o primeiro ao fim do curso, deveu à nota baixa que tirou em Medicina Legal. Vale a pena contar o caso. O lente perguntou-lhe: – Qual a quantidade de arsênico que pode ser encontrado nas glândulas tiroidéias? Respondeu logo: – Dezessete gramas. Houve um grande espanto por parte do examinador e o estudante surpreendeu-se com o espanto do lente. Não fôra a sua ignorância que o fizera dizer semelhante dislate; foram os cadernos. O primeiro estudante escrevera

¹⁷ O Conselheiro Calaça, padrinho de Horácio, é um “homem de mais de sessenta anos, continuava superiormente frio, egoísta e fechado, sonhando sempre uma posição mais alta. Casara-se por necessidade decorativa. Um homem de sua posição não poderia continuar viúvo”. (O filho da Gabriela, p.215) CA

¹⁸ “Numa Pompílio de Castro, a recente glória da tribuna política nacional, cuja biografia ocupou quatro páginas da *Os Sucessos*, não tinha história nem interessante nem longa. Filho de um pequeno empregado de um hospital do Norte, fizera-se bacharel em Direito, à custa das maiores privações. Logo menino, não lhe solicitaram os lados extraordinários da vida. Embora humilde não foram as cumeadas da vida que êle viu. Viu a formatura, o doutorado isto é, ser um dos brâmanes privilegiados, dominando sem grande luta e provas de valor, pois, com êle, afastava uma grande parte dos concorrentes”. (NN, p.30)

certo; o copista que se seguira, atrapalhara-se na vírgula dos décimos e, de copista em copista, de êrro em êrro, a apostila levava Numa a repetir tão imensa tolice nas bochechas dos seus sábios professôres. O seu rival no curso aproveitou a descaída e tirou o prêmio¹⁹. (NN, p.31-32)

Além da falta de interesse e a memorização mecânica dos conteúdos escolares, Lima Barreto aponta outros expedientes para a ascensão na escolaridade.

A maioria dos candidatos ao “doutorado” é de meninos ricos ou parecidos, sem nenhum amor ao estudo, sem nenhuma vocação nem ambição intelectual. O que êles vêem no curso não é o estudo sério das matérias, não sentem a atração misteriosa do saber, não se comprazem com a explicação que a ciência oferece da natureza; o que êles vêem é o título que lhes dá namoradas, consideração social, direito a altas posições e os diferencia do filho de “Seu” Costa, contínuo de escritório do poderoso papai. Animados por êsse espírito, vão, com excelentes aprovações, às vêzes, obtendo os exames preliminares e, afinal, matriculam-se na academia, como dizem êles no seu jargão pretensioso – podendo ela ser civil ou militar. Na escola ou faculdade, as cousas se passam muito mais fãcilmente. Não há filho de sujeito mais ou menos notável, que não vá adiante no curso, sem a menor dificuldade. É mais fãcil que obter os preparatórios. (A superstição do doutor, p.40-41) BA – maio/1918

Essas fraudes nos exames escolares, denunciadas freqüentemente, concorreriam também para a má qualidade da educação brasileira, uma vez que essas provas não avaliavam o seu resultado efetivo. Esse tema também é recorrente nas obras ficcionais do autor. Podemos encontrá-lo, por exemplo, no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

... O Lulu, o único filho do general, impava no seu uniforme do Colégio Militar, cheio de dourados e cabelos, tanto mais que passara de ano, graças aos empenhos do pai. (TF, p.139)

No conto *Carta de um defunto rico*, o narrador, José Boaventura da Silva, um membro da classe alta, em carta póstuma faz menção à estratégia utilizada para seu filho Carlos se formar.

Essa convicção me veio com as meditações seguidas que me foram provocadas pelo fato de meu filho Carlos, com quem gastei uma fortuna em mestres, a quem formei, a quem coloquei altamente, não saber nada desta vida, até menos do que eu. (...) Carlos, meu filho, se leres isto, dá o teu

¹⁹ PRATA (2000) nos mostra como também era comum o uso de “apostilas” pelos alunos da Universidade de Coimbra. Conhecidas como “sebentas”, eram reproduções de apontamentos das aulas, elaboradas pelos alunos e que circulavam entre eles. Apesar da invenção da imprensa e de Marquês de Pombal ter combatido tal prática, elas se tornaram uma “instituição” consagrada e difundida através do tempo. Para explicar o porquê do nome “sebenta”, o autor aponta duas possibilidades: ou deve-se ao fato de que, a partir de 1796, esses apontamentos passaram a ser litografados e, para essa operação, era necessário o uso do sebo ou esse nome se cristalizou porque essas “apostilas” eram passadas de mão em mão, por muito tempo, tornando-se “sebentas”.

ordenado àquele pobre rapaz que te fez as sabatinas por “tuta-e-meia”...(Carta de um defunto rico, p.288-289) – 22/01/1921 VM

As estratégias para a obtenção de um título aparecem no trecho abaixo:

Há outros, espertos e menos poderosos, que empregam o seguinte *truc*. Sabem, por exemplo, que, na província das Jazidas, os exames de matemática elementar são mais fáceis. Que fazem eles? Inscrevem-se nos exames de lá, partem e voltam com as certidões de aprovação. Continuam eles nessas manobras durante o curso superior. Em tal escola são mais fáceis os exames de tais matérias. Lá vão eles para a tal escola, frequentam o ano, decoram os pontos, prestam ato e, logo aprovados, voltam correndo para a escola ou faculdade mais famosa, a fim de receberem o grau. (O ensino na Bruzundanga, p.74) BR

E com ironia...

Raciocina êle muito bem. Em tal terra, quem não arranja um título como êle obteve o seu, deve ser muito burro, naturalmente. (O ensino na Bruzundanga, p.74) BR

5. Conclusão

O objetivo deste artigo é apresentar a realidade educacional brasileira do início do século XX a partir da perspectiva de Lima Barreto. A análise das críticas e reflexões que aparecem em suas obras revela aspectos relevantes da situação educacional do período.

Numa época em que o debate em torno da universalização da escola estava posto, e que socialistas e anarquistas procuravam formular um projeto de educação popular, Lima Barreto denuncia a precariedade dessa educação e desemboca na proposta de extinção do Colégio Pedro II e dos colégios militares, baseado no argumento de que os colégios, principalmente os secundários, têm um custo público muito alto e atendem exclusivamente à elite. Propõe, então, em apenas um de seus artigos, a substituição dos mesmos por liceus “ao jeito dos franceses”, estendendo os “favores” a todos.

No exame de suas obras fica claro que as suas preocupações eram com o ensino superior, vítima de uma demolidora crítica, que embora visasse a sua desmitificação no interior da sociedade brasileira, revela a importância a ele atribuída pelo próprio autor. Apesar de todas as críticas que Lima Barreto faz à educação escolar, elas acabam por se condensar na questão da sua má qualidade, da sua fragilidade e superficialidade. Assim como ocorreria posteriormente com os escolanovistas, mais do que o caráter elitista do

sistema escolar brasileiro, incomoda a péssima qualidade dessa educação de elite. De qualquer forma, e a despeito de todas as contradições que marcam seu pensamento, a acuidade e o brilhantismo do seu enfoque do bacharelismo, do funcionalismo público, da incompetência e da corrupção que impregnava as nossas instituições o colocam, indiscutivelmente, na vanguarda da crítica social produzida em sua época.

O diagnóstico que elabora da formação escolar de sua época antecipa as questões básicas que os “teóricos da educação” levantariam, com a autoridade de “especialistas” no célebre “Manifesto dos Pioneiros da educação Nova: ao povo e ao governo”, publicado em 1932.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Lima. **Bagatelas**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 324 p.
- _____. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 308 p.
- _____. **Coisas do Reino do Jambom**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 320 p.
- _____. **Feiras e Mafuás**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 314 p.
- _____. **Marginália**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 326 p.
- _____. **Numa e a Ninfa**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 285 p.
- _____. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 308 p.
- _____. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 313 p.
- _____. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 320 p.
- _____. **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 316 p.
- _____. **Vida urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1956. 306 p.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974. 571 p.
- CARVALHO, Marta M.C. de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista, S.P.: EDUSF, 1998. 504 p.
- COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil: o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional**. Rio de Janeiro: J. Oympio, 1956. 484 p.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: da Colônia à Era de Vargas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. 339 p.
- _____. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane M. T. (Org). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.
- MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a escola nova**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990. 151 p.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano**. 4.ed. t. III, 2.v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, EDUSP, 1974. 400 p.

PRATA, Manuel A. C. A Sebenta – uma instituição científico-pedagógica na Universidade de Coimbra (1880-1926). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, III, 2000, Coimbra, Portugal. **Resumos**. Coimbra, Portugal, 2000, p. 166.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1982. 357 p.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas: Papirus, 1990. 184 p.